

**PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE E
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A VISÃO DA
COMUNIDADE DE MOSTARDAS-RS E TAVARES-RS**

LAGOA DO PEIXE NATIONAL PARK AND LOCAL DEVELOPMENT
THE VISION OF MOSTARDAS-RS AND TAVARES-RS COMMUNITY

Paulo Roberto Teixeira¹
Rosane Lanzer²

Resumo

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) está localizado em sua maior parte nos municípios de Mostardas e Tavares, ambos no Rio Grande do Sul. O parque abriga uma rica avifauna tendo relevância nessa modalidade de turismo. O estudo aqui apresentado objetivou avaliar o papel do PNLN no processo de desenvolvimento local pelo Turismo e na melhoria da qualidade de vida da população. Foram realizadas 200 entrevistas, separando o grupo em nascidos antes e após 1970. Foi utilizado o teste estatístico Kruskal-Wallis ($p < 0,05$) para comparação das amostras. Os entrevistados não identificam o parque como gerador de receitas, as quais relacionam a atividades agrícolas e não ao potencial local para o Turismo. Há uma tendência dos entrevistados nascidos após 1970 em melhor reconhecer os benefícios do PNLN. O ecossistema preservado de grande singularidade é o principal atrativo da região e os habitantes reconhecem esse potencial, mas não vislumbram a integração entre Turismo, comunidade e preservação dos recursos naturais no desenvolvimento local.

Palavras chave: Ecoturismo. Desenvolvimento Local. Comunidade. Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Rio Grande do Sul

Abstract

The National Park of Lagoa do Peixe (NPLN) is located in the municipalities of Mostardas and Tavares, Rio Grande do Sul. The park serves as habitat of a rich avifauna

¹ Mestre em Turismo. Professor da Universidade Estadual de Roraima.

² Doutor. Professor e pesquisador do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul.
E-mail: rlanzer@ucs.br

having relevance in this type of tourism. The study aims to evaluate the role of NPLP in the process of local development and tourism by improving the quality of life of Mostardas and Tavares. 200 interviews were conducted, separating the group born before and after 1970. The comparison of the samples was done by Kruskal-Wallis statistical test ($p < 0.05$). Respondents do not identify the park as a generator of revenue, which relate to agricultural activities and not the potential for tourism. Nevertheless, there is a tendency of respondents born after 1970 to better recognize the benefits of NPLP. The preserved ecosystem of great richness is the main attraction of the region and the people recognize this potential, but do not realize the integration between tourism, community and preservation of natural resources in local development.

KEYWORDS: Ecotourism. Local Development. Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Rio Grande do Sul.

Introdução

A Planície Costeira do Rio Grande do Sul, por sua grande extensão e alta diversidade de ecossistemas aquáticos e terrestres, é um complexo ecológico único no Planeta (SCHÄFER, 2009), sendo considerada pelo Ministério de Meio Ambiente do Brasil (MMA, 2000) como de extrema importância biológica para a biodiversidade, constituindo-se no único sítio Ramsar³ da região sul do País. Por se tratar de área costeira confinada entre o Oceano Atlântico e a Laguna dos Patos, a região apresenta um substrato de baixa produtividade e alta fragilidade estrutural, o que reforça a importância em se preservar esse ambiente (LOEBMANN; VIEIRA, 2005). O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, nela localizado, é uma Unidade de Conservação destinada à preservação das áreas úmidas características desse ecossistema costeiro, que abriga grande quantidade de aves (PEREIRA; POERSCHKE, 2010) e macrófitas aquáticas (ROLON et al., 2004), cuja abrangência envolve os municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte.

³ A Convenção de Ramsar, realizada nessa cidade do Irã, em 1971, é um tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e internacional para promover a conservação e o uso racional de zonas úmidas (Ana Paula Prates, in: <http://uc.socioambiental.org/%C3%A1reas-para-conserva%C3%A7%C3%A3o/s%C3%ADtios-ramsar-zonas-%C3%BAmidas>).

A implantação de áreas protegidas, principalmente a categoria de Parque Nacional, é desde sua criação, um constante desafio a todos os envolvidos no processo de gestão e proteção dos recursos naturais, tendo em vista os inúmeros conflitos gerados e vivenciados entre gestores e populações residentes no seu interior e entorno (DIEGUES, 2004). Por outro lado, os Parques estão entre os locais mais comuns para prática do ecoturismo, segmento turístico que tem sido promovido e amplamente adotado como estratégia para financiar iniciativas de conservação e proporcionar oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno e modo de experiências de turismo de qualidade (GOODWIN, 2000; STONE; WALL, 2004).

As conexões entre pessoas, parques e turismo têm recebido significativa atenção nos últimos anos, reconhecendo o potencial para relações mutuamente benéficas (MESSIAS et al., 2000; STONE; WALL, 2004; LEE, 2012). De acordo com Machado (2005), o desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação seria uma importante ferramenta para sustentabilidade, sendo um forte aliado nas políticas conservacionistas. Nesse sentido, torna-se importante compreender como a atividade turística que ocorre no Parque Nacional da Lagoa do Peixe contribui para no desenvolvimento dos municípios de Mostardas e Tavares, assim como identificar de que forma a população percebe os benefícios gerados pelo parque. Para isso, buscou-se avaliar o papel desse parque no processo de desenvolvimento do Turismo nos dois municípios, verificando sua relação com a qualidade de vida da população local.

Material e método

Os municípios de Mostardas e Tavares, situados no litoral médio e sul do Estado do Rio Grande do Sul, incluem em sua área o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP). O Parque Nacional foi criado em 1986, visando “[...] proteger amostras dos ecossistemas litorâneos da região da Lagoa do Peixe e das aves migratórias que dela dependem [...]” (BRASIL, 1986). O Parque se estende pelos municípios de Tavares (80%), Mostardas (17%) e São José do Norte (3 %) (FNMA et. al., 1999), ocupando

uma área de 34.400 hectares, tendo extensão de 62 km e largura média de 6 km (Figura 1).

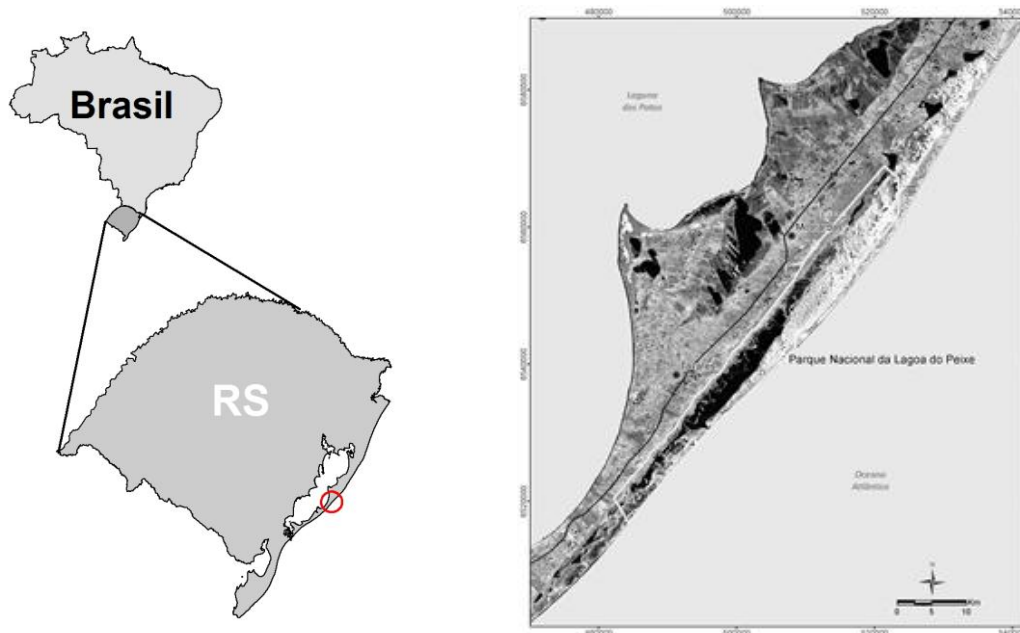


Figura 1: Localização do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil.
Fonte: Projeto Lagoas Costeiras - Universidade de Caxias do Sul.

Mostardas está localizado a 205 km de Porto Alegre e possui uma população de 11.903 habitantes, enquanto Tavares, situado cerca de 30 km ao sul, tem 5.160 habitantes e encontra-se integralmente dentro da zona de amortecimento do PNLP. Ambos os municípios têm sua economia baseada nas atividades agrícolas, em especial no cultivo de arroz e cebola, na pesca, na criação de gado e na silvicultura de *Pinus*.

Para avaliar a contribuição do Turismo no PNLP ao desenvolvimento local, a metodologia priorizou a coleta de dados por meio de entrevista. Essa apresentou questões fechadas relativas ao perfil do entrevistado; sete afirmativas, avaliadas pela Escala de Likert; e questões abertas com o objetivo de conhecer o tipo de relação que a população local teria com o espaço do PNLP, antes e depois de sua criação. As respostas baseadas na Escala de Likert tinham por objetivo identificar a visão da

população local acerca do Parque Nacional. As respostas a estas sete questões foram agrupadas em: concordo (concordo totalmente e concordo parcialmente), discordo (discordo totalmente e discordo parcialmente) e indiferente (não concordo e nem discordo) (Quadro 1).

Escala de Likert	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
1- O Parque é o principal atrativo turístico do município.					
2- A implantação do Parque Nacional Lagoa do Peixe trouxe benefícios para o município.					
3- O fechamento da lagoa foi a solução adequada para sua conservação.					
4- O Parque é uma alternativa para o seu sustento.					
5- O parque estimula a comunidade a valorizar o meio ambiente regional.					
6- O turismo que ocorre no Parque estimula a criação de novas empresas, diversificando a economia local.					
7- Os turistas que visitam o Parque Nacional da Lagoa do Peixe geram benefícios para a comunidade local.					
Questões relativas ao Parque Nacional					
Hoje, qual é a sua relação com o Parque?					
Qual é a sua atual ocupação?			Utiliza a lagoa como fonte de renda? Qual?		
Antes de existir o Parque, utilizava os recursos da área da lagoa? () não () sim (Qual?)					
Conhece o PNLP?			Sabe para que serve um Parque Nacional?		
Quais melhorias você percebe, através do desenvolvimento do turismo, que trouxeram para a população do município?					
Consegue ver na sua atividade alguma relação com o turismo? () não () sim (Qual?)					
Antes de o Parque ser constituído, o que você fazia naquele local?					

Quadro 1: Instrumento de pesquisa utilizado nos municípios de Mostardas e Tavares (RS) para avaliar a contribuição do Turismo no PNLP ao desenvolvimento local.

Fonte: Os autores

Inicialmente, realizou-se um pré-teste, aplicado durante o evento mais representativo de cada cidade, escolha essa baseada em informações coletadas nas prefeituras dos próprios municípios. Em Mostardas, o evento escolhido foi a Feira da Ovelha, do Artesanato e da Cultura Mostardense – OVEARTE, que se realiza há 18 anos na cidade, e, em Tavares, o Festival Brasileiro das Aves Migratórias, realizado bianualmente, também há cerca de vinte anos. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe apresenta uma grande diversidade de aves (PEREIRA e POERSCHKE, 2010) que utilizam a área como refúgio para reprodução e alimentação, fato esse que motivou a criação do Festival Nacional das Aves Migratórias, evento que atrai um grande número de pessoas interessadas na observação de aves.

A amostra esteve composta por 200 entrevistas, divididas equitativamente entre os dois municípios, e tendo como critério que 50 deles incluísse nascidos antes de 1970 e, os outro 50, nascidos após essa data. O objetivo dessa separação foi o de tentar evidenciar se a opinião acerca do Parque Nacional teria sido alterada com o passar dos anos, uma vez que, supostamente, a população nascida após 1970 não participou da fase inicial de implantação do mesmo, considerada a mais conflitante com relação à comunidade local. Os critérios de escolha dos entrevistados foram: ser residente permanente nos municípios e ter idade acima de 18 anos.

A área de abrangência da pesquisa foi a zona urbana de cada município, sendo que a seleção da amostra seguiu o critério aleatório estratificado. Cada cidade foi dividida em 15 setores, sendo feitas de seis a sete entrevistas em cada. Em Tavares, esses 15 setores tiveram uma média de 10 quadras por setor, enquanto em Mostardas a média foi de 20 quadras. Em cada setor escolheu-se a primeira casa de cada quadra para início da pesquisa, representada pelo número 1, seguindo para a primeira casa da quadra seguinte e assim sucessivamente. Caso não tenha sido possível aplicar a entrevista na primeira casa selecionada, a residência subsequente foi escolhida, representada pelo número 2. Esse procedimento foi repetido até se atingir o tamanho estabelecido para a amostra. (Figura 2).

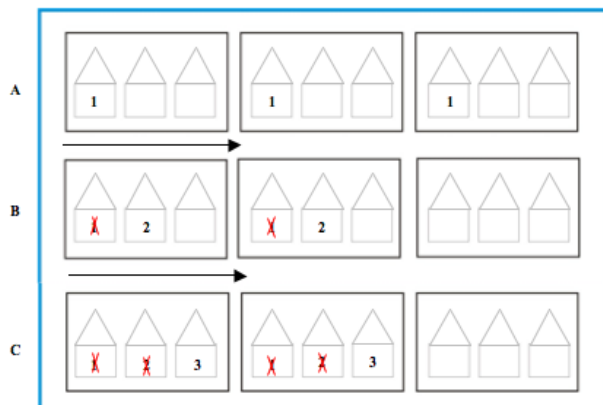


Figura 2: Representação esquemática usada para coleta de dados A – Seleção da primeira casa de cada quadra (1); B e C – Alternativas para o caso de não encontrar o morador (1 ou 2).

Fonte: Os autores

A consolidação dos dados e a análise dos resultados foi feita com auxílio do programa SPSS, versão 15.0, por meio de testes não paramétricos, Kruskal-Wallis ($p < 0,05$), após a amostra ter sido testada quanto à normalidade de distribuição dos dados. A análise das opiniões entre as duas cidades foi feita mediante a comparação entre as duas faixas etárias e a soma dos entrevistados dentro de cada cidade, resultando em cinco diferentes cruzamentos (Figura 3).

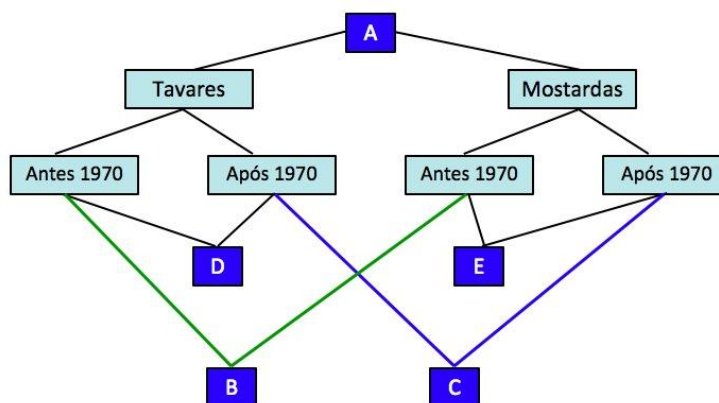


Figura 3: Esquema da análise dos dados: A - Relação do grupo total de entrevistados entre Mostardas e Tavares; B - E – relação entre os entrevistados nascidos antes e após 1970 em cada município e entre os municípios.

Fonte: Os Autores.

Para avaliar os benefícios oriundos da presença do Parque foi feita a comparação entre as respostas obtidas a partir da soma dos nascidos antes de 1970 de Mostardas e Tavares, com a soma dos nascidos após essa data nas duas cidades. Nas questões abertas, as respostas foram agrupadas em categorias de análise: os benefícios indicados pela população foram separados em benefícios ambientais e econômicos; a ocupação dos entrevistados foi classificada de acordo com os setores econômicos (setor primário, serviços, comércio e outros). A população foi classificada em quatro grupos, de acordo com a concordância em relação aos benefícios que o parque nacional proporcionou a cidades.

Resultados e Discussão

No município de Mostardas, houve maioria feminina entre os entrevistados (57%), das quais 60% eram nascidas antes de 1970 e 54% após essa data. A escolaridade dos entrevistados foi o ensino fundamental para os nascidos antes de 1970 e o ensino médio para os demais, enquanto a ocupação está relacionada aos serviços (frentistas, taxistas, mecânicos) e outros (aposentados, desempregados, do lar), nos dois grupos amostrados. Em Tavares, as mulheres também consistiram na maioria dos entrevistados nascidos antes (58%) e após (66%) 1970. O nível de escolaridade mostrou a mesma tendência observada em Mostardas, ou seja, os entrevistados nascidos após 1970 possuem escolaridade superior aos nascidos antes de 1970. Diferença entre os dois municípios verifica-se quanto à ocupação. Em Tavares, os entrevistados de mais idade se dedicam aos serviços e às atividades agrícolas (pescadores, agricultores e pecuaristas), enquanto os mais jovens estão ligados aos serviços e ao comércio (secretárias, balconistas, comerciantes e vendedores).

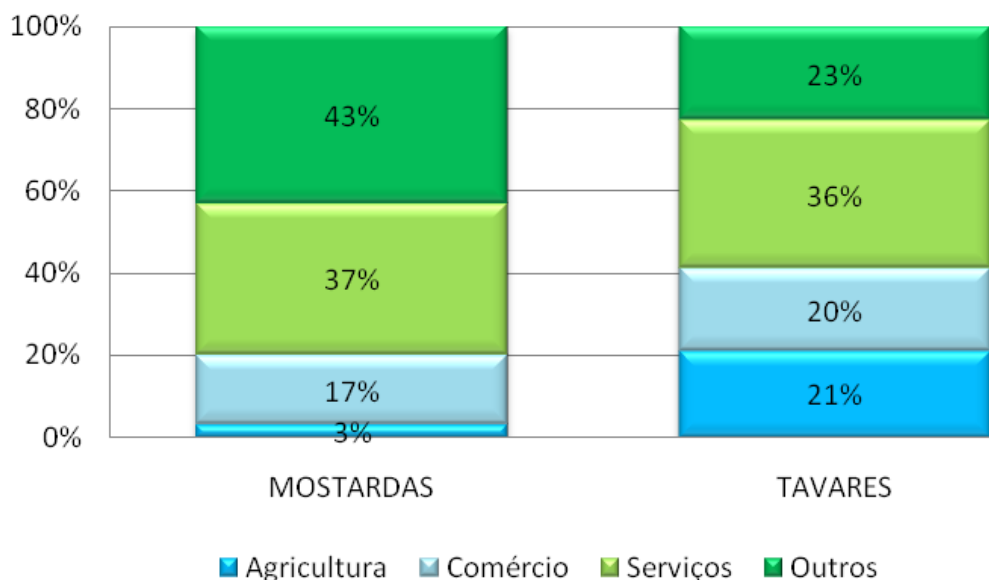


Figura 4. Ocupação dos entrevistados nos municípios de Mostardas e Tavares.

Fonte: Os Autores

Grande parte dos entrevistados, nas duas cidades, vê o PNL P como seu principal atrativo como já constatado por Rudzewicz et. al. (2008), recorrendo para tal ao voto às Sete Maravilhas como evidência, quando a população dos dois municípios escolheu o parque como a primeira delas. Por outro lado, conflitos entre a população e a área protegida foram observados durante a pesquisa, motivados pela situação da regulamentação fundiária e das limitações no uso do solo decorrentes, muitos deles iniciados na fase de implantação da Unidade de Conservação e que se estendem até hoje. De acordo com o Plano de Manejo do Parque, os limites da Unidade de Conservação não atingem as propriedades em toda a sua extensão, mas sim as terras mais férteis usadas na pecuária e agricultura, as quais se encontram dentro da área de entorno do PNL P. Essas terras de particulares representam 73% da área do Parque que, até o ano de 1996, somente em 8,6% dos casos estava com a sua situação fundiária regularizada (FNMA et. al. 1999).

A relação entre as áreas e a população que vive em seu entorno ou no seu interior pode ser considerada, na maioria dos casos estudados, conflitante, pois o que

ocorre é o que Oliveira (2005b) compreende como os fenômenos gerados a partir de interesses sociais, ou seja, uma colisão de interesses. D'Antona (2000) afirma que o Parque Nacional é um modelo hegemônico difundido internacionalmente, não está adaptado para conviver com as comunidades próximas e tem ocasionado impactos sobre diversas delas.

Grande parte dos entrevistados, de ambas as cidades, afirma conhecer o Parque Nacional, sendo 71% em Mostardas e 87% em Tavares. Esses confirmam a tendência observada por Messias et. al. (2000), que verificou um aumento dos 12% que diziam conhecer o Parque Nacional da Lagoa do Peixe em 1990, para em 60% em 1996. A população não tem total clareza sobre os objetivos de uma Unidade de Conservação. Em Tavares, quase 50% dos entrevistados desconhece a função de um Parque Nacional, desses 58% eram nascidos após 1970, e, em Mostardas, 40% dos entrevistados nascidos após 1970, não sabiam dos objetivos do PNL. Os entrevistados que afirmaram saber a função do Parque Nacional fizeram os seguintes relatos: “preservar as espécies”, “preservar os animais, peixes e aves” e “preservar o meio ambiente”, sendo essa última a resposta mais frequente. Isso evidencia que a população local, embora tenha claro o objetivo da preservação, pouco sabe da possibilidade do uso turístico dessas Unidades de Conservação.

O turismo em áreas protegidas tem sido amplamente discutido na literatura e muitos trabalhos salientam a relação com a comunidade local gerando mudança socioeconômica positiva e melhoraria na saúde ecológica dessas áreas (FENNELL; WEAVER, 2005; LEE, 2012). O papel potencial do turismo, contribuindo para saldar os custos de conservação e para fornecer oportunidades econômicas às comunidades que vivem ao lado de um patrimônio natural, tem sido reconhecido (GOODWIN, 2002). Em Tavares, a população reconhece os benefícios ambientais do Parque Nacional, no entanto, os benefícios econômicos para a comunidade, gerados em função da implantação do Parque, ainda são motivos de controvérsia. Metade da amostra não concorda que tenham ocorrido benefícios em função da implantação do Parque. No entanto, entre os nascidos após 1970, há um maior reconhecimento desses benefícios para a cidade e das questões associadas ao Turismo como elemento de desenvolvimento

local, evidenciando, assim, uma tênue mudança de pensamento entre as gerações. Entretanto, não se constata diferença estatística significativa entre as respostas dos dois grupos nessa localidade, somente tendências.

O crescimento do turismo sustentável é difícil sem o apoio e a participação dos moradores da comunidade; o turismo é um fator crítico para o desenvolvimento local e, bem planejado, pode se tornar uma opção viável, trazendo benefícios econômicos para os moradores locais, como se observa nas atividades rurais tradicionais (LEE, 2012). Além disso, a atividade turística pode estimular o investimento em infraestrutura para atender a demanda de visitantes e, dessa maneira, beneficiar também a população local, como é o caso do aumento do número de restaurantes, serviços, postos de gasolina, estradas, instalações públicas de lazer e esporte, e até as melhoras em termos de paisagismo urbano e limpeza de ruas (OLIVEIRA, 2005a; VIDAL; MARQUES, 2007).

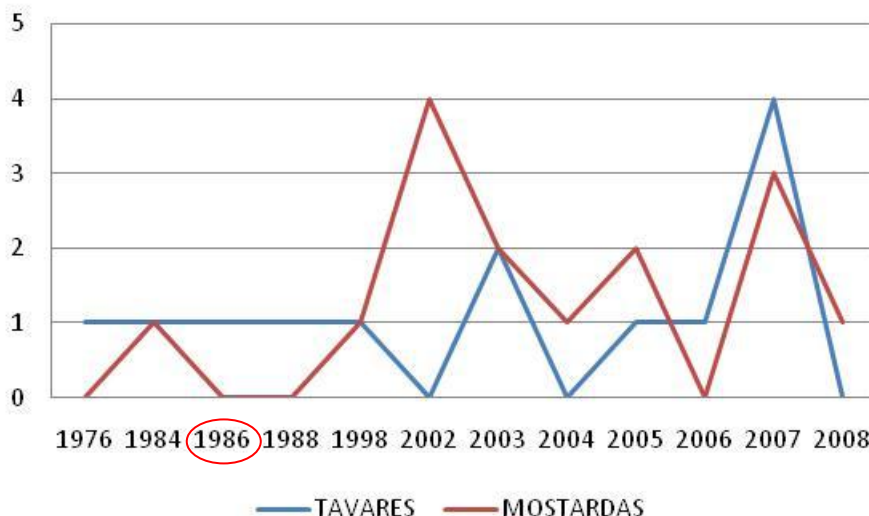


Figura 5: Número e ano da implantação dos empreendimentos relacionados ao Turismo. Marcado o ano de implantação do PNLN.

Fonte: Os Autores.

Os resultados obtidos por Andereck e Vogt (2000) indicam que as comunidades diferem em relação ao apoio dos moradores para as opções de turismo de desenvolvimento. Nas questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local, tanto em Tavares quanto em Mostardas, as respostas indicaram que os moradores percebem

mudanças. Entretanto, em Mostardas há por parte da comunidade uma melhor visualização dos benefícios gerados pelo Parque, como o estímulo à criação e melhoria de empreendimentos turísticos; observam, também, um aumento no fluxo de visitantes. A população percebe algumas melhorias resultantes do Turismo, no entanto não se vê inserida no processo, afirmando que os beneficiados seriam os hoteleiros, os donos de restaurantes ou as pessoas com condições financeiras de investir no Turismo. Os benefícios são sentidos pela população de Mostardas e Tavares, quando destacam as melhorias no comércio, a limpeza na cidade, a melhoria na estrada, a vinda de um Curso de Turismo, ofertado em Mostardas, a criação de novos restaurantes, maior renda em função do Turismo, entre outros.

Para Oliveira (2005a), os benefícios provenientes do Turismo à população local não são constatados igualmente por todos, pois com frequência esses benefícios atendem somente aos interesses de determinados grupos ou de pessoas que possuem melhores condições de se preparar para o atendimento aos visitantes. Nesse estudo, essa afirmação se confirma em observações e anotações realizadas, quando a população relatou que os benefícios oriundos do Turismo existem, mas somente para poucas pessoas que possuem condições financeiras para investir, como alguns hotéis e restaurantes. Verificou-se uma diferença entre as percepções dos tipos de benefícios em cada município, pois, em Tavares, os mais citados pela população foram os socioambientais, possivelmente por sua localização, mais próxima ao Parque Nacional, situação que beneficiaria menos a Mostardas, quanto aos dividendos resultantes da atividade turística. No comparativo entre a soma dos nascidos antes de 1970 e a soma dos nascidos após 1970, nas duas cidades, constatou-se que em Mostardas é maior a tendência da população em perceber as melhorias oriundas do Turismo (53%), enquanto que em Tavares esse percentual é de 45%.

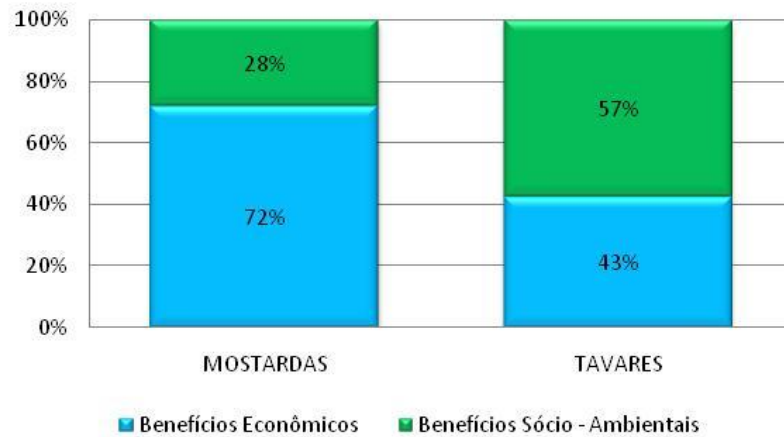


Figura 6: Posição dos entrevistados a respeito dos tipos de benefícios gerados pelo Turismo em Mostardas e Tavares.
Fonte: Os autores.

Estudos realizados, na China, por Stone e Wall (2004) evidenciam que benefícios socioeconômicos para as comunidades locais têm sido limitados e atividades de turismo não tem contribuído para a conservação receitas, mas os moradores da comunidade, em geral, apoiam a conservação e estão otimistas quanto ao crescimento do turismo trazer benefícios. No entanto, grande parte da população dos dois municípios pesquisados não consegue perceber o Parque Nacional como uma alternativa de melhoria econômica, mesmo sendo de forma indireta ou de longo prazo. A maioria dos entrevistados não consegue perceber o Parque Nacional como uma alternativa de melhoria econômica, no entanto, os dados da pesquisa demonstraram que, após a criação do Parque, houve um sensível aumento no número de estabelecimentos da área de hospedagem e alimentação. A população concorda que há benefícios econômicos em função do Parque Nacional, gerados pelo Turismo. Entretanto, os entrevistados não visualizam o Parque como uma alternativa de melhoria econômica, mesmo que de forma indireta ou de longo prazo. A análise estatística realizada entre o total de nascidos antes de 1970 e o total de nascidos após 1970 não demonstrou diferenças significativas entre as amostras, no entanto, constatou-se uma tendência, entre os nascidos após 1970, em reconhecer os benefícios oriundos do Turismo relacionado ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

O Parque Nacional e a preservação ambiental

Os parques nacionais são muitas vezes as principais atrações turísticas localizadas em zonas rurais marginalizadas e relativamente remotas e é reconhecido o papel potencial do turismo para contribuir com os custos de conservação e fornecer oportunidades econômicas para as comunidades que vivem ao lado do patrimônio natural (GOODWIN, 2002). A população pesquisada, em especial a nascida antes de 1970, foi questionada sobre o tipo de relação que mantinha com o espaço natural antes de a mesma ser decretada como Parque Nacional. Os resultados demonstraram que grande parte dos entrevistados das duas cidades utilizava o espaço para atividades de lazer (64% em Tavares e 73% em Mostardas) ou exploravam, principalmente, os recursos pesqueiros da Lagoa do Peixe (36% em Tavares e 27% em Mostardas). O surgimento de uma relação não harmônica inicia no momento da implantação da Unidade de Conservação e está associada à descontinuidade de ações, carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e financeiros (OLIVEIRA, 2005b).

Em Tavares houve uma divisão de opiniões entre o total de entrevistados, uma vez que 44% concorda e 53% discorda quando a questão envolve ser parque a melhor solução para a conservação da natureza. Quem concorda, afirma que pelo fato de existir um parque nacional, a população está valorizando mais o meio ambiente e que a área onde se encontra a Unidade de Conservação não estaria tão preservada se não fossem as leis ambientais. Os que discordam afirmam que o parque trouxe alguns problemas econômicos e sociais, visto que muitas pessoas perderam sua principal fonte de renda, que era o uso da terra e a pesca do camarão na Lagoa do Peixe. Estudos efetuados por Loebmann e Vieira (2005) afirmam que a pesca do camarão em si não deve ser o principal fator da restrição à pesca na Lagoa do Peixe e sim a própria legislação que proíbe essa atividade dentro de parques nacionais. Esses problemas não ocorrem somente nesse local, pois também são identificados por Silva e Maia (2008) no Parque Nacional do Catimbau e por Kinker (2002) no Parque Nacional da Serra Geral.

Em Mostardas, considerando o total de entrevistados, a criação do Parque Nacional foi a melhor solução para a preservação do meio ambiente. Na opinião dessas

peessoas, a população está preservando melhor o meio ambiente pelo fato de existir um Parque Nacional no entorno da cidade. Na comparação das opiniões entre os nascidos antes e após 1970, diferenças são encontradas, uma vez que os primeiros identificam melhor os benefícios ambientais oriundos do parque, como o aumento da conservação da natureza e a sensibilização da população quanto à preservação do meio ambiente. Esse reconhecimento da importância do Parque Nacional na preservação do meio ambiente é positivo para o estreitamento das relações entre a Unidade de Conservação e a população, assim como para o desenvolvimento de atividades turísticas como alternativa econômica, pois como a natureza é o principal atrativo do local, é de extrema importância que essa esteja preservada.

Para Costa (2002), a paisagem natural de uma Unidade de Conservação é seu principal atrativo e quando esse valor estético da paisagem é corrompido, o uso turístico se compromete assim como a valoração do bem natural. A atividade turística pode ser uma alternativa de conservação e de desenvolvimento local dos espaços naturais protegidos e suas populações tradicionais (SPINOLA, 2006).

Referências

ANDERECK, K. L.; VOGT, C. A. The Relationship between Residents' Attitudes toward Tourism and Tourism Development Options. **Journal of Travel Research** v. 39 n. 1, p. 27-36, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 93.546**, de 6 de novembro de 1986. Cria o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=66&seq_tp_documento=3&seq_finaliddoc=7>. Acesso em: 15 jul. 2007.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

D'ANTONA, A. O. **O lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses**. Brasília: Ibama, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FENNELL, D; WEAVER, D. The Ecotourism Concept and Tourism-Conservation Symbiosis. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 13, n. 4, p. 373-390, 2005.

FNMA; FURG; IBAMA; NEMA; UFPEL. **Plano de manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - fase 2**. Rio Grande: serviço público federal, Ministério da Educação e do Desporto, Fundação Universidade do Rio Grande, 1999.

GOODWIN, H. Local Community Involvement in Tourism around National Parks: Opportunities and Constraints. *Current Issues in Tourism*, v. 5, n. 3-4, p. 338-360, 2002.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LEE, H.T. Influence analysis of community residents support of sustainable tourism development. *Tourism Management*, v. 34, p. 38-46, 2012.

LOEBMANN, D; VIEIRA, J. P. Relação dos anfíbios do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 339-341, 2005.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável – a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MESSIAS, L. et al. O programa de educação ambiental para o Parque Nacional Lagoa do Peixe, RS e sua importância na implantação da unidade de conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. *Anais ... Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação*, 2000, p. 340-348.

MMA. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. Brasília: MMA/SBF, 2000.

PEREIRA, M. S.; POERSCHKE, F. New bird records from Lagoa do Peixe National Park, southern Brazil. *Biotemas*, v. 23, n. 1, 2010, p. 241-246.

OLIVEIRA, A. C. A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 73-87, 2005a.

OLIVEIRA, I. A. **Gestão de conflitos ambientais: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Praia da Pinheira - SC**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005b.

ROLON, A. S.; LACERDA, T; MALTCHIK, L; IRGANG, B.E. Levantamento de macrófitas aquáticas em áreas úmidas do Rio Grande do Sul, Brasil. *Acta Limnologica Leopoldensia*, v. 26, n. 1, p. 17-35, 2004.

RUDZEWICZ, L; et al. Turismo e Recursos Naturais: a visão das comunidades dos municípios do litoral médio e sul do Rio Grande do Sul. In: *Anais do V SEMINTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Caxias do Sul*, 2008.

SCHÄFER, A. A Planície Costeira do Rio Grande do Sul: Um sistema único no mundo. In: Schäfer, A.; Lanzer, R.; Pereira, R. **Atlas Socioambiental: municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2009. p. 44-55.

SILVA, J.H.; MAIA, F. B. A. O turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 204-200, 2008.

SPINOLA, C. A. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano VIII, n. 13, p. 50-59, 2006.

STONE, M.; WALL, G. Ecotourism and Community Development: Case Studies from Hainan, China. **Environmental Management**, v. 33, n. 1, p. 12-24, 2004.

VIDAL, A. L.; MÁRQUES, D. **Turismo e território**: o desenvolvimento local sustentável no centro do debate. In: *Local Glob*, n. 4, 2007.

Recebido em novembro de 2012.
Aprovado em dezembro de 2012.